

Padrão de especialização primário-exportador e dinâmica de dependência no período 1990-2010, na economia brasileira*

*José Raimundo Trindade***

*Doutor em Desenvolvimento Econômico,
Professor do Programa de Pós-
-Graduação em Economia da
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Mestre em Economia Regional pelo
Programa de Pós-Graduação em
Economia da Universidade Federal do
Pará (UFPA)*

*Wesley Pereira de Oliveira****

Resumo

Para analisar o atual padrão do comércio exterior brasileiro, utilizou-se, neste artigo, a noção de “padrão de reprodução econômica” integrada à noção de “vulnerabilidade externa”, estabelecidas, respectivamente, pelo aporte da Teoria da Dependência Marxista latino-americana e pelas análises da Economia Política internacional. O capital, enquanto forma genérica de expansão de valor-riqueza, estabelece padrões de desenvolvimento histórico centrados no fluxo reprodutivo de cada formação social nacional, seja porque privilegia certos ramos ou setores para investimento, seja porque utiliza tecnologias e meios de produção específicos ou adaptados às referidas formas nacionais. A análise evolutiva do comércio exterior brasileiro é central para a estruturação de um novo modelo de desenvolvimento que considere a redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira. Assim, analisa-se, a partir de um aporte teórico dependentista, a evolução do setor exportador brasileiro, considerando os fatores de vulnerabilidade externa

* Artigo recebido em ago. 2014 e aceito para publicação em jan. 2017.



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Open Acces (Acesso Aberto)

Revisora de Língua Portuguesa: Elen Azambuja

** E-mail: jrtrindade@uol.com.br

*** E-mail: wpoeconomia@yahoo.com.br

comercial da economia brasileira que interagem com o seu padrão de dependência.

Palavras-chave

Comércio exterior brasileiro; Teoria Marxista da Dependência; vulnerabilidade externa

Abstract

To analyze the current pattern of Brazilian foreign trade the authors used, in this paper, the idea of “economic reproduction pattern” linked to the notion of external vulnerability, established respectively by the concepts of the Latin American Marxist Dependency Theory and the analyses of the International Political Economy (EPI). The capital, as a generic form of value-wealth expansion, establishes patterns of historical development focused on the reproductive flow of each national social formation, either because it favors certain activities or sectors for investment or because it uses technologies and means of production which are specific or adapted to the so-called national forms. The analysis of the evolution of Brazil's foreign trade is essential for structuring a new development model which takes into account the continuous reduction of the external vulnerability of the Brazilian economy. Thus the authors analyze the evolution of Brazilian exports based on a dependency theory, considering the factors of the external trade vulnerability of the Brazilian economy that interact with its pattern of dependence.

Keywords

Brazilian foreign trade; dependency theory; external vulnerability

Classificação JEL: F14, O54, F54

1 Introdução

Para analisar o atual padrão do comércio exterior brasileiro, utilizou-se, neste artigo, a noção de padrão de reprodução econômica estabelecida pelo aporte da Teoria da Dependência Marxista (TDM) latino-americana e a análise de vulnerabilidade externa, desenvolvida no âmbito da Economia Política Internacional (EPI). O capital, enquanto forma genérica de expansão de valor-riqueza, estabelece padrões de desenvolvimento histórico, centrados no fluxo reprodutivo de cada formação social nacional, seja porque privilegia certos ramos ou setores para investimento, seja porque utiliza tecnologias e meios de produção específicos ou adaptados às referidas formas nacionais (MARINI, 2005; OSÓRIO, 2012; SANTOS, 2011). Desse modo, os amplos processos de acumulação ocorrem em regiões e economias integradas e inter-relacionadas, uma vez que o capitalismo funciona a partir de “bandeiras” nacionais, mas como um sistema mundial.¹

Autores clássicos da análise econômica brasileira ressaltam o forte condicionamento do setor externo sobre a estrutura econômica nacional.² Furtado (1977, p. 236-237) considerava a perspectiva de que “[...] a transformação estrutural mais importante que possivelmente ocorrerá no terceiro quartel do século XX será a redução progressiva da importância relativa do setor externo no processo de capitalização”. De fato, a economia brasileira apresentou expressivo crescimento do setor de bens de capital no período previsto pelo autor; entretanto, sua previsão de que, consolidada a referente matriz industrial, ter-se-ia “maiores vantagens de intercâmbio externo”, somente muito parcialmente pode-se avaliar como um objetivo alcançado.

A Teoria da Dependência³ conforma uma construção interativa entre a dinâmica estrutural do capitalismo em expansão global, centrado em forma-

¹ Marini (2012, p. 47) já fazia notar que a “[...] história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial”.

² Como observaram French-Davis, Palma e Munóz (2009, p. 129), “[...] uma característica historicamente importante do desenvolvimento econômico da América Latina foi a interação entre a estrutura econômica externa e a interna”. Por outro lado, a interdependência e os circuitos de subordinação das economias latino-americanas à economia-mundo, especialmente a seu centro hegemônico estadunidense, constituem marcas indeléveis de sua dinâmica, como ressalta Santos (2011).

³ Vale observar que as teorias da dependência apresentam dois escopos metodológicos distintos. De um lado, há as de matriz marxista, centradas na reinterpretação da formação social latino-americana e na crítica radical aos limites do desenvolvimentismo. Essas visões têm como principais autores Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Orlando Caputo. De outro, há as que também apresentam certa influência de categorias marxistas, como o entendimento das relações de classe social, porém, as combinam com categorias weberianas, sendo muito críticas às teses cepalinas, mas adotando uma posição de “dependência associada”. Seus principais autores são Fernando Henrique Cardoso

ções econômicas, sociais e territoriais que produzem e alimentam a acumulação concentrada e centralizada de riqueza, sendo que parcela dessas formações tem dinâmica tecnológica e de expansão da produtividade nos setores de bens de produção de máquinas e equipamentos parcialmente subordinadas à economia mundial. Nesse sentido, para o enfoque da dependência, o desenvolvimento do capitalismo estabeleceu uma ordem internacional de divisão das relações produtivas hierarquizada entre as nações e que estabelece padrões de desenvolvimento nacionais distintos que, inclusive, definem condicionalidades financeiras e de ocupação de espaços no mercado internacional diferenciados entre as nações do núcleo central capitalista e as nações periféricas e semiperiféricas do sistema (MARINI, 2005; MARTINS, 2011; SANTOS, 1999, 2011).

A EPI é um método de análise que tem como foco a dinâmica da economia internacional, em suas distintas esferas e dimensões, que resulta das ações e decisões de atores nacionais e transnacionais, cuja conduta é determinada por fatores históricos objetivos e subjetivos (GONÇALVES, 1996, 1999, 2005, 2008). Esses fatores que definem o grau de vulnerabilidade externa da economia nacional são centrais para o entendimento da sua dinâmica macroeconômica.

Convém destacar que as análises teóricas enfocadas ganham crescente relevância explicativa, porque, desde meados da década de 90, observa-se forte movimento de reprimarização da pauta exportadora do País, acompanhado do aumento do coeficiente de exportação (GONÇALVES, 1999, 2005; MOLLO; AMADO, 2012; OSÓRIO, 2012). A primeira década dos anos 2000 não alterou substancialmente esse padrão, mesmo observando-se uma diminuição na vulnerabilidade externa comercial na referida década, determinada por fatores internacionais, especialmente o ciclo de crescimento da China, como se ressaltará. Assim, propõe-se a analisar, com base em um aporte teórico dependentista, a evolução do setor exportador brasileiro, considerando os componentes de vulnerabilidade externa comercial da economia brasileira que interagem com o seu padrão de dependência.⁴

Vale, desde já, denotar as diferenças categoriais dos termos dependência e vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, sua interatividade. A dependência constitui uma condição estrutural de subordinação entre formações econômicas centrais e periféricas do capitalismo, em que algumas nações

e Enzo Faletto (para uma ampla e cuidadosa revisão, conferir Kay (1989) e Martins (2011); para uma breve análise crítica em relação ao “aporte da dependência”, ver Almeida Filho (2005), Cardoso (1993) e Santos (1999, 2011)).

⁴ A literatura referente à restrição externa, a modelos de substituição de importação e exportação e a desequilíbrios na balança comercial é vasta. Vale, neste capítulo, referenciar cinco trabalhos de importância central: Furtado (2000, 2007), Rangel (2005), Corrêa e Simioni (2011) e Tavares e Serra (1979).

podem expandir-se por conta própria, enquanto outras, estando numa situação de dependência, só podem fazê-lo limitadamente, não só como reflexo da expansão dos países centrais, mas, também, devido a fatores internos que podem ser mais ou menos atuantes no estímulo à condição de subdesenvolvimento (ALMEIDA FILHO, 2005). A vulnerabilidade externa, por sua vez, entende-se enquanto grau de maior ou menor poder de resiliência de uma economia a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos. Essa noção é plenamente ajustável à categoria sócioestrutural de dependência, vista enquanto atributo dialético central para se pensar as articulações entre as diversas formações econômicas capitalistas e o poder de autonomia relativa de cada uma sobre o sistema-mundo capitalista. A vulnerabilidade externa, em termos econômicos, poderá manifestar-se nas dimensões financeira, comercial, tecnológica e produtivo-real. Essa noção de vulnerabilidade externa é distinta da noção convencional, a qual analisa principalmente a evolução de fluxos e estoques do balanço de pagamentos e a posição internacional de investimentos, conforme Gonçalves (2005, p. 14).

Este artigo encontra-se dividido em três seções além desta **Introdução**. Na seção 2, é exposto o padrão neoliberal de reprodução do capital, formato de desenvolvimento econômico que abriu caminho para uma nova fase das economias periféricas e semiperiféricas latino-americanas baseadas em moedas fortes, déficits comerciais e atração de capitais financeiros, impondo, desde a década de 90, novos vínculos de dependência da economia brasileira. A seção 3 trata do padrão do comércio exterior brasileiro no período 1990-2010, especificamente das condições de evolução da pauta exportadora brasileira nos últimos anos, e recoloca a questão da problemática do desenvolvimento de um “padrão exportador de especialização produtiva” e suas consequências. Na seção 4, trazem-se as **Considerações finais**.

2 Padrão neoliberal de reprodução do capital global e as relações centro-periferia

Segundo Martins (2011, p. 215), o nacional-desenvolvimentismo foi fruto da crise da hegemonia britânica e de sua divisão internacional do trabalho, em que cabia, aos países centrais, a produção industrial e, aos periféricos, a produção primário-exportadora. Nessa forma de entendimento das relações comerciais entre países é que se configura a lógica de especializa-

ção nacional com base na teoria liberal, especialmente nas formulações de Ricardo (1988) referentes às vantagens comparativas, enquanto seu principal ponto de apoio teórico e ideológico.

O comércio internacional e as esferas de trocas e fluxos de capital, mercadorias e tecnologias no espaço geográfico global compõem como o movimento mais específico e apropriadamente complexo da dinâmica capitalista. A medição e a determinação dos movimentos dos quatro fluxos expostos compreendem parcela importante do grau de maior ou de menor subordinação e interdependência das formações econômicas nacionais ao “centro orgânico” da economia mundo-capitalista.

A teoria ricardiana propugnava os benefícios para uma nação dispor, no comércio internacional, de vantagem relativa na produção, ou seja, que a razão entre o trabalho incorporado a duas mercadorias — como tecido e vinho, por exemplo — diferia entre os dois países produtores — como Portugal e Inglaterra, por exemplo —, de modo que cada um deles teria pelo menos uma mercadoria na qual a quantidade relativa de trabalho incorporado (valor) seria maior que a do outro país. Essa vantagem relativa mútua possibilitava, conforme essa lógica, que o comércio internacional distribuíse os benefícios entre as nações de tal forma que, mesmo havendo especialização entre países agrícolas e industriais, não haveria perdas aos países que se dedicassem às atividades menos intensivas em progresso técnico (HUNT, 1987; MARTINS, 2011).

A teoria convencional do comércio externo apresenta limitações severas, como ressalta Gonçalves (2008), estando fortemente amparada na percepção ricardiana, porém, com o condicionante de que a especialização dos países se dará não com base nas vantagens comparativas da produção de mercadorias, e, sim, pela capacidade de dotação dos fatores de produção. Assim, cabe aos países com abundância do fator capital a produção industrial e, aos abundantes em terras e trabalhadores, a produção agrícola.

Esses modelos trabalham com a hipótese básica de que qualquer mudança de uma situação de autarquia para livre-comércio permite o aumento de ganhos de bem-estar a partir da especialização produtiva e, portanto, maior eficiência alocativa. Esse aumento de bem-estar só ocorre no caso de países em desenvolvimento, com abundância de mão de obra e forte dualidade no mercado de trabalho, no comércio externo, que podem alterar a estrutura do emprego no sentido de favorecer a mão de obra de baixa qualificação tanto no seu nível de emprego quanto na sua remuneração. Essas características não se evidenciam nas estruturas econômicas regionais centradas em base exportadora, seja de minérios, seja de *commodities* agrícolas, e observa-se o aprofundamento das vulnerabilidades tecnológica

e produtiva desses países, estimuladas pela própria vulnerabilidade externa comercial (GONÇALVES, 2005; MOLLO; AMADO, 2012; OSÓRIO, 2012).

A vulnerabilidade externa no âmbito comercial refere-se ao grau de abertura da economia nacional, relacionando-se às necessidades e às características das importações, em contraposição ao grau de competitividade das exportações, considerando o perfil dos bens exportados. A condição de maior vulnerabilidade relaciona-se, porém, aos demais aspectos que a definem, especialmente às características da pauta exportadora vis-à-vis seu conteúdo tecnológico, o que influencia, necessariamente, o conteúdo da pauta importadora.

A integração comercial entre os países é um aspecto marcante da dinâmica de globalização, como já observado anteriormente, mesmo considerando que o grau de abertura das diversas economias seja contrastante, inclusive pelas características estruturais dessas. O estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2010b, p.151-152) destaca corretamente, com base em teorias clássicas, a “longeva” tradição que conecta crescimento e comércio internacional, o que, como pode ser visualizado na Tabela 1, confirma a forte interação entre dinâmica exportadora e poder econômico efetivo no sistema mundo-capitalista.

Tabela 1

Participação nas exportações globais (em US\$ correntes) de bens — 1990,1995, 2000 e 2008

	(%)			
DISCRIMINAÇÃO	1990	1995	2000	2008
Economias avançadas	80,1	76,9	72,6	63,0
G-7	53,4	48,8	45,7	36,5
União Europeia	42,6	38,8	38,1	38,2
Novos países industrializados asiáticos	6,4	8,2	8,3	7,3
Economias em desenvolvimento	19,9	23,1	27,4	37
Ásia em desenvolvimento	5,4	7,7	9,4	14,1
América Latina e Caribe	3,4	3,5	4,8	4,3
Europa central e oriental	1,8	1,6	1,9	3,4
África	2,7	2	2	2,7
Oriente Médio	4,2	2,8	4	5,6

FONTE: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2010b).

Vale observar que o caso mais expressivo e exemplar de alteração na economia do mundo, no período 1990-2010, com crescente expansão do seu poder econômico e diminuição de sua vulnerabilidade externa, é o caso do Leste Asiático e do Pacífico. Nessa região, observa-se forte crescimento do grau de abertura da economia (Tabela 2), que passou de 33,6% em 1980 para 87,6% em 2006, em razão, como frisa estudo do Instituto de

Pesquisas Econômicas Aplicadas (2010b, p. 144), de que essa região se tornou cenário privilegiado da constituição de redes internacionais de produção e de mecanismos de integração regional, como mostra Palma (2004, p. 406-407). A participação brasileira no comércio internacional é muito discreta, e seu grau de abertura é estável, com pequena variação ao longo das últimas três décadas, um aspecto que será tratado adiante.⁵

Tabela 1

Comércio de bens e serviços, exportações mais importações em regiões selecionadas

(% do Produto Interno Bruto)

DISCRIMINAÇÃO	1990	2000	2005	2006
Países de alta renda	38,1	48,3	52,2	55,3
América Latina e Caribe	31,5	41,3	46,1	46,4
Leste Asiático e Pacífico	47,2	66,8	86,9	87,6
Ásia Meridional	20,3	30,1	42,8	47,2
Mundo	38,3	49,1	54,0	56,8

FONTE: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2010b).

NOTA: Fluxos comerciais e produto em US\$ correntes.

Por sua vez, a vulnerabilidade externa tecnológica é central, correspondendo à maior ou à menor capacidade de inovação reprodutiva do capital, considerando, principalmente, o grau de dependência tecnológica do país. De fato, os estudos mais recentes (AMSDEN, 2009; CHANG, 2004) reforçam a distinção smithiana entre diversificação produtiva e maior intensidade tecnológica. Por outro lado, como pode ser observado nos dados referentes à evolução, nas últimas décadas, da estrutura tecnológica das exportações globais, o comércio internacional cresce a taxas superiores nos estratos de média e alta tecnologia, o que parece invertido em relação à composição da pauta exportadora brasileira, como pode ser denotado na Tabela 3.

Por fim, a vulnerabilidade externa na esfera produtiva relaciona-se ao grau de internacionalização da produção, por meio da presença de empresas de capital estrangeiro no aparelho produtivo do país, representada, na forma de fluxo, pelo investimento externo direto (IED) e, na forma de estoque, pelas empresas de capital estrangeiro (ECE).

⁵ A participação brasileira nas exportações mundiais tem oscilado em torno de 1% ao longo das últimas três décadas: em 1990 representava 0,93% das exportações mundiais totais; em 1990, 0,88%; em 2000, 1,35% e, em 2015, 1,16% (BRASIL, 2017).

Tabela 2

Estrutura tecnológica das exportações do mundo e do Brasil —1990-2008

ESTRUTURA TECNOLÓGICA DAS EXPORTAÇÕES	1990		1995		2000	
	Mundo	Brasil	Mundo	Brasil	Mundo	Brasil
Primários	15,9	44,7	14,9	43,9	11,5	38,1
Energia	8,4	2,2	5,8	0,9	10,1	1,6
Intensivos em trabalhos e recur- sos naturais	14,4	12,6	14,6	13,8	13	12,3
Baixa intensidade tecnológica	7	13,1	6,9	11,6	5,8	8,2
Média intensidade tecnológica	26,3	15,1	25,9	17,4	24,9	18,4
Alta intensidade tecnológica	23,1	10,6	26,5	9,7	29,2	18,2
Não classificados	4,8	1,7	5,5	2,7	5,5	3,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

ESTRUTURA TECNOLÓGICA DAS EXPORTAÇÕES	2005		2008	
	Mundo	Brasil	Mundo	Brasil
Primários	11,5	39,6	12,8	43,8
Energia	12,5	6,0	13,5	9,4
Intensivos em trabalhos e recur- sos naturais.....	11,5	9,4	10,1	6,2
Baixa intensidade tecnológica	6,8	9,6	7,9	9,3
Média intensidade tecnológica	24,2	20,3	23,6	16,6
Alta intensidade tecnológica	27,7	12,5	25,3	11,3
Não classificados	5,8	2,6	6,8	3,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2010).

NOTA: Exportações medidas em US\$ correntes.

O entendimento do balanço de pagamentos permite compreender a vulnerabilidade externa determinada por essas condições estruturais. Assim, países com elevada presença de empresas multinacionais apresentam conta de serviços geralmente deficitária devido à remessa de lucros e dividendos, além de pagamentos de juros pela tomada de empréstimos internacionais (endividamento). Caso esse *deficit* não seja coberto com *superavit* da balança comercial — considerando as transferências unilaterais risíveis —, a conta de capital terá que registrar volumosos *superávits*, para que não se produza *deficit* no balanço de pagamentos. Está claro que mais movimentos de capitais no presente gerarão mais fluxos de saída de transações correntes no futuro, condição de influência mútua das contas do balanço de pagamentos.⁶

⁶ Vale observar que, para alguns analistas, a conta de rendas que remete lucros e dividendos tem caráter pró-cíclico. Quando a economia está crescendo menos, as empresas es-

Um segundo argumento levantado por Gonçalves (1999) vincula-se ao papel do Estado, enquanto poder soberano, e sua capacidade de definir políticas macroeconômicas ativas em termos industriais e até mesmo sociais. Na medida em que o capital estrangeiro é também um agente de pressão política, com capacidade de atuar no sentido de definir a forma de ação do Estado nacional, “[...] reduz-se a capacidade nacional de resistência a fatores desestabilizadores e choques externos, [...] aumenta a vulnerabilidade externa do país por meio do que poderia se chamar de *a economia política internacional do capital estrangeiro*” (GONÇALVES, 1999, p. 17).⁷

Com relação à estrutura do mercado internacional e, especificamente, à concorrência intercapitalista, pode-se observar que, no quadro de globalização, caminhou-se para uma forma superior de competição monopólica no período aqui analisado, apesar de as empresas multinacionais, mesmo produzindo de forma desterritorializada, continuarem concentrando em bases nacionais seus ativos estratégicos. Essa afirmativa, já corroborada por diversos autores⁸, reforça a tônica de que a globalização não integra estrategicamente as estruturas produtivas, mas mantém, ou reforça, os circuitos de subordinação ou dependência internacionais, integrando, em uma justaposição, a capacidade de operação e gestão das empresas multinacionais no nível global, de tal forma que a elevada flexibilidade permitida pela gestão em tempo real, em diversas unidades operacionais espelhadas pelo planeta, permite otimização de custos e ganhos de escala.

A transferência de capital de uma praça reprodutiva de riqueza para outra leva a uma grande movimentação de investimentos externos diretos e

trangeiras lucram menos e remetem menos lucros. Isso, do ponto de vista da vulnerabilidade externa, é “melhor” e traz menos riscos para o balanço de pagamentos, se comparado com a situação na qual uma empresa brasileira toma empréstimo no exterior. Nesse caso, independentemente de a economia nacional estar ou não crescendo, obrigatoriamente essa terá que remeter o pagamento com serviço da dívida. Além disso, o risco cambial é do investidor estrangeiro, no caso do IED, e, no caso de empréstimo externo, é do tomador residente (BIANCARELLI, 2015). Para a Teoria da Dependência, o que precisa ser observado é o ciclo como um todo. Segundo Martins (2011, p. 248-249), “[...] o papel descapitalizador que exerce a liderança do capital estrangeiro sobre o processo de acumulação dos países dependentes” é claramente identificável, e o seu desenvolvimento cíclico se dá de tal forma que as saídas de capitais nos períodos recessivos mais que compensam as entradas do período expansivo.

⁷ Vale notar que há diferentes entendimentos com relação ao papel e a forma de atuação do capital estrangeiro sobre a estrutura econômica nacional. Assim, por exemplo, conforme Mello (1984), as empresas multinacionais dispõem das divisas necessárias para financiar as importações de bens intermediários ao seu processo produtivo, o que, em certos momentos, arrefece pressões no balanço de pagamentos. Por outro lado, conforme a compreensão de Cardoso e Faletto (1970), o capital estrangeiro é uma importante fonte de transferência de tecnologia, o que diminui a vulnerabilidade tecnológica.

⁸ Conferir, entre outros, Dupas (2005), Chesnais (1999) e Serfati (1998).

à expansão do fluxo do capital financeiro. Em termos globais, as décadas recentes observaram a expansão das empresas transnacionais e a liberalização das barreiras ao fluxo do capital financeiro, possibilitando uma crescente “desterritorialização” das estruturas produtivas, a fragilização da capacidade de regulação internacional sobre formas mais intensivamente deletérias de capital, a intensificação da exploração da força de trabalho e a precarização do trabalho, além de uma dinâmica de trocas internacionais intracompanhias, que agravam as condições de subordinação tecnológica das economias dependentes e receptoras do capital transnacional.

A atual divisão internacional do trabalho tem uma grande tônica no formato em rede das empresas globais, e cabe, aos países centrais, a produção de partes e componentes de alto valor agregado e intensivos em pesquisa e desenvolvimento, para gerar os conhecimentos produtores de inovação tecnológica (CHESNAIS, 1999; MARTINS, 2011). Os países dependentes ou periféricos, por sua vez, participam intensivamente do mercado mundial, em uma combinação que se torna crescentemente integrada pelo planejamento das empresas globais e, nessa funcionalidade, ficam sujeitos à elevação de sua vulnerabilidade externa, como se mostrará na seção 3.

Assinale-se que a divisão internacional do trabalho decorrente da padronização produtiva é comandada pelas empresas multinacionais, convertidas em atores centrais da nova ordem econômica mundial. Os traços principais dessa nova ordem mostram uma economia mundial dominada por processos produtivos de regulação flexíveis, que acompanham a revolução nas tecnologias de informação e comunicação. Essa nova divisão internacional do trabalho é menos “nova” por suas características de concentração tecnológica, que permanecem centradas em alguns pontos do planeta, e mais “nova” pela maior pulverização da base de produção de recursos naturais destinados ao centro e à semiperiferia capitalista.⁹ A grande alteração talvez seja o alargamento dessas semiperiferias, tanto pela participação de economias e sociedades que, até a década de 90, constituíram parte do antigo bloco socialista, quanto, e principalmente, pela grande expansão capitalista no continente asiático, com a integração de mais de 1 bilhão de pessoas ao exército industrial de força de trabalho.¹⁰

⁹ A divisão internacional do trabalho estabelece três zonas na economia mundial: o centro, a semiperiferia e a periferia. Essa divisão torna-se funcional para garantir a apropriação de mais-valia pelos centros e novos-centros (semiperiferia), permitindo o desenvolvimento do capitalismo nas regiões de liderança tecnológica (conferir Wallerstein (1987), Santos (2015) e Martins (2011)).

¹⁰ Martins (2011, p. 253) esclarece que a transição da periferia para a semiperiferia, casos, segundo o autor, da Coreia do Sul, de Taiwan e, agora, da China, somente são possíveis pela combinação de fatores internos, especialmente a “[...] ação reitora do Estado nacio-

A dinâmica de *outsourcing* e de maquiladoras se intensificou a partir da década de 90, impondo importantes alterações tanto na organização de processos produtivos de cadeias estruturadas em torno de empresas internacionais quanto no padrão de concorrência nos mercados globais. A des-territorialização das etapas de produção e montagem potencializou a subcontratação e a desverticalização produtiva, rebaixando custos salariais operacionais e administrativos ou a instalação de filiais, de forma a aproveitar as vantagens produtivas locais (INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS, 2010, p. 370).¹¹ Vale observar que a formação de redes de subcontratação possibilitou uma maior flexibilidade da estrutura ocupacional nas grandes empresas, transferindo os custos de ociosidade produtiva e de desemprego para as pequenas e médias empresas. Pode-se notar as relações estabelecidas entre grandes e pequenas/médias empresas como importante fator da nova dinâmica das grandes empresas oligopolistas.

O domínio das informações, tanto sobre a demanda globalizada quanto sobre as condições de oferta dos demais produtores/concorrentes, e seus usos particulares tornou-se uma das variáveis centrais na atual dinâmica capitalista. Do ponto de vista interno, alimenta os diversos elos da rede dominada pela empresa oligopolista — fornecedores e clientes internos — e, do externo, controla as ações das empresas rivais nos principais mercados compartilhados. A alimentação/transferência de informações para “clientes internos” — a exemplo do *Kan-Ban* — e para fornecedores possibilita a alteração de processos produtivos em tempo real, o que, em tese, viabiliza a adaptação das companhias às condições mutáveis tanto da demanda quanto da tecnologia.

A repercussão do *outsourcing*¹² e do planejamento microeconômico das empresas multinacionais (EMNs) sobre o comércio mundial se dá pela

nal”, com vistas a uma política interna de *catching-up*, e o apoio dos centros financeiros do sistema mundial.

¹¹ Dupas (2005, p. 96) cita o trabalho de Paul de Grauwe e Filip Camerman (2000), que demonstraram, por meio da análise dos balanços patrimoniais de um grupo selecionado de grandes corporações mundiais, que o valor adicionado sobre as vendas representava 25% do total e que os demais “75% correspondem a partes, componentes ou serviços supridos por fornecedores externos” de variadas nacionalidades.

¹² O *outsourcing* constitui a formação de redes de subcontratação com caráter global, possibilitando uma maior flexibilidade da estrutura ocupacional nas grandes empresas, transferindo os custos de ociosidade produtiva e de desemprego para as pequenas e médias empresas. Pode-se notar que as relações estabelecidas entre grandes e pequenas/médias empresas subcontratadas desenvolve-se como importante fator da nova dinâmica das grandes empresas oligopolistas (conferir Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2010) e Dupas (2005)).

alteração dos fluxos de partes e peças de produtos¹³, que reforça níveis de especialização produtiva vertical, e pela dissociação entre o produto final e o grau de agregação de valor, ocultando, nesse processo, o grau de dependência tecnológica (efeito maquilador) e o controle sobre as etapas de engenharia e produção, as quais são mantidas sob o domínio das economias centrais. Dupas (2005, p. 94) observa que os principais atores da economia global são “as corporações financeiras” e “as empresas industriais e de serviços”. Esses atores trabalham em um palco mundial devidamente preparado em décadas recentes, quando o nível de integração entre suas dinâmicas próprias também se tornou crescente, inclusive na definição de novos investimentos e nações receptoras de capital, como mostram os teóricos da mundialização financeira.¹⁴

Deve-se observar que a tônica do discurso hegemônico durante as últimas décadas se concentrou na validade universal da abertura irrestrita dos mercados e nas teses de convergência econômica. A substituição do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) pela Organização Mundial do Comércio (OMC) dota as teses neoliberais de forte conteúdo interventor sobre as economias menos desenvolvidas. Especificamente, o caráter multilateral dessa organização possibilitou o enquadramento de um conjunto variado de Estados Nacionais ao discurso de desenvolvimento, pela convergência do comércio internacional, o que parece redefinir a lógica de dependência econômica e consolidar um novo quadro de vulnerabilidade de algumas economias *vis-à-vis* a forte expansão da semiperiferia asiática.

Vale observar que as reformas econômicas globais recentes, ocorridas no período 1990-2010, basearam-se em acentuada racionalização empresarial, que acompanhou o reordenamento macroeconômico do chamado “receituário” neoliberal, um conjunto de proposições dominantes quanto à reorganização econômica para uma série de economias nacionais que aprofundam o grau de dependência ou subordinação dessas economias à ordem hegemônica global.¹⁵ Os pilares do “modelo neoliberal” são: (a) abertura comercial; (b) desregulamentação financeira; (c) privatização de empresas públicas; e (d) desregulamentação — flexibilização — das relações de trabalho.¹⁶

¹³ Dados da base Comtrade para o período entre 1995 e 2008 mostram que o comércio mundial de partes e componentes e de bens de capital cresceu a uma taxa de 8% ao ano (a.a.), sendo somente superado pelo dos bens primários, que cresceu 13% a.a. (ver Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2010, p. 371)).

¹⁴ Ver, entre outros, Plihon (2005), Chesnais (1999), Serfati (1998) e Carneiro (2002).

¹⁵ Para uma minuciosa apreciação do neoliberalismo, conferir Harvey (2008).

¹⁶ Quanto ao entendimento das políticas de desregulamentação macroeconômica neoliberais e ao estabelecimento de uma “era da globalização”, conferir Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2010b).

Martins (2011, p. 146-147) observa cinco pontos característicos do neoliberalismo enquanto “ideologia da crise do sistema mundial”, reforçando os pontos macroeconômicos já expostos:

- a) maior intervenção financeirizada do Estado, com elevação do esforço fiscal para fazer frente à elevação da dívida pública;
- b) reforço ao discurso do “territorialismo” e à noção de que políticas de desenvolvimento devem ser pontuais e locais, como negação a políticas nacionais e de afirmação de capacidades soberanas de desenvolvimento, aspecto que reforça a disputa interna de cada nação pelo fluxo de investimento, minando, muitas vezes, a capacidade fiscal local em favorecimento de capitais empresariais;
- c) imposição, pelo GATT e pela OMC, de normas tarifárias que sufragam “princípios da concorrência, abertura comercial e flexibilidade cambial”, desiguais e fortemente assimétricas, diminuindo a capacidade de negociação dos países periféricos e reforçando os circuitos comerciais Norte-Norte. A diminuição de barreiras tarifárias associadas a acordos multilaterais realizados no âmbito da OMC e a proliferação de acordos regionais favoreceu a globalização de processos produtivos, reforçando formas de subcontratação e uma crescente externalização produtiva em diversos setores, como antes exposto;¹⁷
- d) elevação dos desequilíbrios financeiros e comerciais. A financeirização se processa tanto pelo reforço do caráter rentista da estrutura econômica, que compreende a expansão da massa de capital fictício no sistema de crédito, como pela flexibilidade cambial e liberalização da conta capital, com consequente instabilidade das transações correntes e do balanço de pagamentos das economias periféricas e, nos últimos anos, das próprias economias centrais;
- e) desmonte das políticas sociais, flexibilização dos mercados de trabalho e desestruturação do estado de bem-estar social.

Durante a década de 90, as alterações foram sensíveis, conformando políticas externas da economia hegemônica (Estados Unidos) ao objetivo de buscar *superavits* comerciais que pudessem, mesmo de forma limitada, recompor a capacidade de financiamento estadunidense. Foi nesse contex-

¹⁷ Como observa o estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2010, p. 371), os acordos promovidos sob auspícios da Organização Mundial do Comércio, dos Estados Unidos (Offshore Assembly Program (OAP)) e da União Europeia (Outward Processing Trade) tinham forte identificação com as “[...] empresas multinacionais (EMNs) por conta de sua maior capacidade financeira para arcar com a logística de um processo produtivo segmentado” territorialmente. O objetivo último dessa dinâmica consiste tanto na diminuição dos custos salariais quanto no aproveitamento de *expertise* local, alavancando a rentabilidade das EMNs.

to que se impôs às economias latino-americanas e, especialmente, aos países mais industrializados da região — Brasil, México e Argentina —, uma agenda que sedimentou uma trajetória de menor conteúdo tecnológico ou de reprimarização de suas bases exportadoras.¹⁸ O núcleo das políticas estabelecidas incluía a valorização cambial das moedas das economias periféricas e a privatização dos recursos estatais, para gerar liquidez e elevação das taxas de juros, para repassar renda ou recursos financeiros aos capitais financeiros internacionais.

Theotônio dos Santos (1999, p. 142-143) observa que poucos estudiosos perceberam as alterações sensíveis que a nova política econômica estadunidense reservou para as economias periféricas latino-americanas: ela “[...] abriu caminho para uma nova fase das economias da região, baseadas em moedas fortes, déficits comerciais e atração de capitais financeiros”. Esse tripé de política de comércio internacional persistiu, com alguma variação, conforme o país, em sua quase totalidade, até meados da primeira década dos anos 2000, constituindo elemento explicativo importante para o aprofundamento da vulnerabilidade externa brasileira, nas dimensões financeira e tecnológica, desde a década de 90, como se verá na seção 3.

3 A economia política do comércio exterior brasileiro no período 1990-2010

O processo de industrialização por substituição de importações, enquanto resposta à vulnerabilidade externa brasileira, ou, nos termos de Maria da Conceição Tavares (CORRÊA; SIMIONI, 2011, p. 75-79), ao “estranhamento externo”, estabeleceu a expansão e a mudança da estrutura industrial brasileira no amplo período desde os anos 30 até os anos 80. O período 1956-61, por sua vez, foi caracterizado pelo estabelecimento, ainda que parcial, do segmento industrial produtor de bens de capital da economia brasileira tanto com o aumento das participações direta e indireta do Governo nos investimentos quanto pela entrada mais expressiva de capital es-

¹⁸ Como afirmam Canuto, Cavallari e Reis (2013, p. 11-12), “*Using Lall classification to assess the technological content of the Brazilian exports, there is a clear reduction in the share of high-technology products in recent years*”. Esses autores observam, com base em dados comparativos internacionais, que as exportações brasileiras baseadas em recursos naturais aumentaram sua participação na base exportadora de 45,7% em 2000 para 62,9% em 2010, enquanto as de produtos de alta tecnologia declinaram sua participação de 10,4% para 5% no mesmo período. Vale observar que o trabalho citado faz observações semelhantes sobre os outros países da América Latina (conferir, também, Trindade, Cooney e Oliveira (2016)).

trangeiro privado e oficial para financiar parcela importante dos investimentos nesses segmentos.

A não completude da estrutura industrial brasileira, no sentido de ainda apresentar lacunas principalmente nas etapas de engenharia de produção e desenvolvimento de bens de maior intensidade tecnológica, reforça a necessidade de estudos referentes à trajetória de desenvolvimento da economia nacional nas décadas recentes, repondo a indagação presente em estudos clássicos da economia brasileira quanto ao papel do “setor externo” na definição dessa trajetória.¹⁹ Como observaram os autores da Teoria da Dependência, especialmente Theotônio dos Santos, a inexistência de um departamento produtor de bens de capital plenamente desenvolvido levou as economias dependentes a requererem permanente ingresso de capitais externos, para garantirem as condições de expansão ampliada de capital (MARTINS, 2011, p. 251).

Nesse sentido, especificamente, as condições de evolução da pauta exportadora brasileira nos últimos anos retomam a questão da problemática do desenvolvimento de um “padrão exportador de especialização produtiva” (MARTINS, 2011; OSÓRIO, 2012) ou, em termos cepalinos, “um modelo de desenvolvimento voltado para fora” (JAYME JÚNIOR; RESENDE, 2009; MOLLO; AMADO, 2012), seja pela base exportadora de baixa intensidade tecnológica, seja pela forte dependência do ciclo de valorização da demanda internacional por bens básicos ou primários. Osório (2012, p. 103) considera que o atual padrão exportador latino-americano apresenta similitudes com o anterior (vigente de meados do século XIX ao início do século XX), “[...] como o peso dos bens agromineiros no total das exportações, aos quais se somam agora alguns bens secundários, seja de produção local, seja de maquiladoras”, assim a proposição aqui colocada é que a economia brasileira acompanha o atual padrão de desenvolvimento latino-americano.

Como observado na seção 2, o desenvolvimento capitalista global estabeleceu, nas últimas décadas, uma crescente integração das trocas internacionais, compelindo à quebra de barreiras alfandegárias e à crescente liberalização comercial e cambial. Já nesta seção 3, a intenção é contribuir com o debate sobre a base evolutiva da pauta exportadora brasileira e a oscilante trajetória da indústria nacional. Para tal, realiza-se uma análise do período 1990-2010, centrando no questionamento das limitações e desequilíbrios da balança comercial, nas consequências da vulnerabilidade externa da economia brasileira e nos condicionantes de manutenção e ruptura com a trajetória de dependência nacional.

¹⁹ Conferir, entre outros, Caio Prado Júnior (1972), Celso Furtado (1977, 2000, 2007), Maria da Conceição Tavares (1972, 1986), Ignácio Rangel (2005), Wilson Suzigan (2000) e João Cardoso de Mello (1984).

3.1 Reprimarização das exportações e vulnerabilidade externa

A inserção externa brasileira na esfera comercial apresenta, historicamente, menor vulnerabilidade que em outras esferas, porém, a economia brasileira apresentou, na década de 90, uma “inserção regressiva no sistema mundial de comércio”, centrada em forte liberalização comercial e valorização cambial. Os traços gerais dessa dinâmica regressiva podem ser tratados como um primeiro momento de integração da economia nacional ao novo padrão de reprodução neoliberal que se estabeleceu no nível internacional. O Brasil encerrou a década de 90 e atravessou a seguinte com baixa capacidade competitiva internacional, enfrentando, de um lado, um ambiente internacional em acelerada mutação e, de outro, sua estrutura industrial submetida a forte regressividade.

A implementação do “menu” neoliberal teve início na Gestão Collor de Mello — 1990 —, cujo apanágio de “inserir o Brasil no primeiro mundo” moveu a economia brasileira para a mais grave recessão de sua história moderna: de 1990 a 1992, a economia apresentou repetitivas taxas negativas de crescimento. A indiscriminada abertura comercial, realizada sem as devidas salvaguardas de proteção e sem uma política industrial, produziu um forte efeito desorganizador da economia, cujo principal componente de acomodação de custos recaiu sobre a força de trabalho.

Carneiro (2002) observa que os desequilíbrios industriais se tornaram crescentes ao longo dos anos 90, à medida que a economia brasileira ampliava o seu grau de abertura externa. O “drive exportador”, por sua vez, se mostrou de baixa dinamicidade *vis-à-vis* a absorção doméstica: “isso ocorreu porque importantes setores exportadores — em particular o de bens intermediários — esgotaram a capacidade ociosa, tornando impraticável manter o volume exportado sem ampliação da capacidade produtiva” (CARNEIRO, 2002, p. 153-178).

Foi, contudo, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso — 1996-2002 — que se promoveu o mais completo ajuste da economia nacional, impondo profunda desregulamentação da economia, cujo aspecto mais sinuoso foi a abertura econômica indiscriminada, acompanhada da valorização da moeda nacional, provocada por uma política de fixação da taxa de câmbio. Por outro lado, arregimentou-se um discurso ideológico em torno da pretensa “rigidez” do mercado de trabalho, concebido como um dos fatores impeditivos da competitividade da indústria nacional no mercado mundial.

Gonçalves (1999, 2005) localiza a década de 90, mais especificamente, a segunda metade — a partir de 1995 —, como período de “[...] aumento extraordinário da vulnerabilidade externa do Brasil, com ritmo, profundidade

e amplitude nunca antes observados na história do país” (GONÇALVES, 1999, p.13). Assim, a elevada vulnerabilidade do balanço de pagamentos estaria fortemente condicionada à maior presença do capital internacional na sua matriz econômica, isto porque o controle sobre a dinâmica de acumulação se torna bastante alienígena à economia local. Segundo o autor a “[...] razão estoque de IED/PIB cresceu de 6,3% em 1993 para 11,2% em 1998, ou seja, houve um aumento de 80% do grau de desnacionalização da economia brasileira no período 1995-1998” (GONÇALVES, 1999, p. 14). Vale ponderar que outros fatores, como o capital financeiro e especulativo, somados à crise da dívida externa também foram relevantes

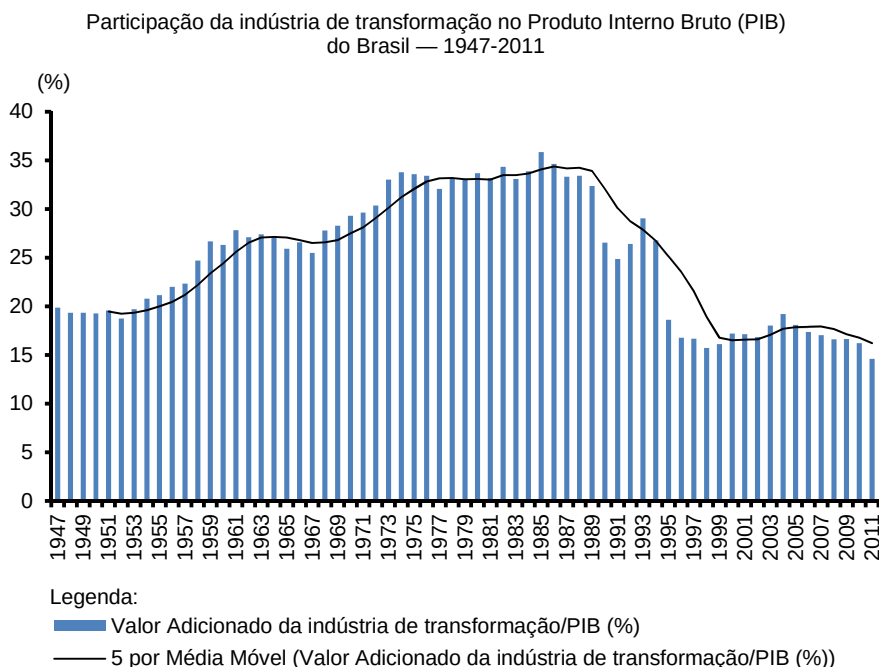
A consequente intensificação da desnacionalização da economia brasileira, resultante da maior presença das empresas de controle estrangeiro, além do capital financeiro e especulativo, atraído pela elevada taxa de juros, produziu efeitos sobre a proporção da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o que reforçou a vulnerabilidade externa produtiva da economia do País ao longo do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Como observado no trabalho de Gonçalves (1999, p. 177-190), a fragilização da base produtiva brasileira decorreu, em parte, da acomodação dos investimentos externos diretos direcionados à aquisição de ativos estatais, portanto, sem renovação de capital e somente transferência de propriedade. Assim, a base produtiva passou a ser gerida pela lógica da eficiência produtiva global dos novos controladores, ou seja, por decisões que reforçam as aquisições de partes produtivas no “almoxarifado global”, por condições de globalização produtiva e, acentuadamente, pelo uso do “*global sourcing*”.

É importante considerar, como medida do nível do desenvolvimento industrial, a proporção do PIB representada pela indústria de transformação. Pode-se observar (Gráfico 1) que a indústria manufatureira alcançou o seu auge, enquanto porcentagem do PIB, em 1986, quando representou 32% desse, ainda fruto do esforço de industrialização decorrente do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O II PND compreendeu o último grande esforço de planejamento governamental para a formulação e a implementação de políticas e ações de desenvolvimento econômico, com particular importância da coordenação de políticas industriais e da complementaridade de cadeias produtivas, conforme analisaram, entre outros, Castro e Souza (1987) e Carneiro (2002).²⁰

²⁰ Segundo estudo publicado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2010, p. 129), o terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), que engloba o período entre 1980 e 1985, não passou de uma mera “formalidade” exigida por dispositivo legal, e o esgotamento da capacidade de financiamento do Estado, agravado pelos desequilíbrios internos e externos, “contribuiu para que ele fosse, na prática, abandonado”.

Desde então, a tendência tem sido de diminuição da participação industrial no PIB brasileiro, chegando a 20% em 1998 e recuperando-se somente parcialmente na última década, porém, com indicadores inferiores aos do período 1970-80, por exemplo, atingindo 23% em 2005. O problema dessa tendência é que ela se deu com base na evolução do valor agregado, como pode ser visualizado na série histórica mostrada no Gráfico 1, com base nas contas nacionais disponibilizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Gráfico 1

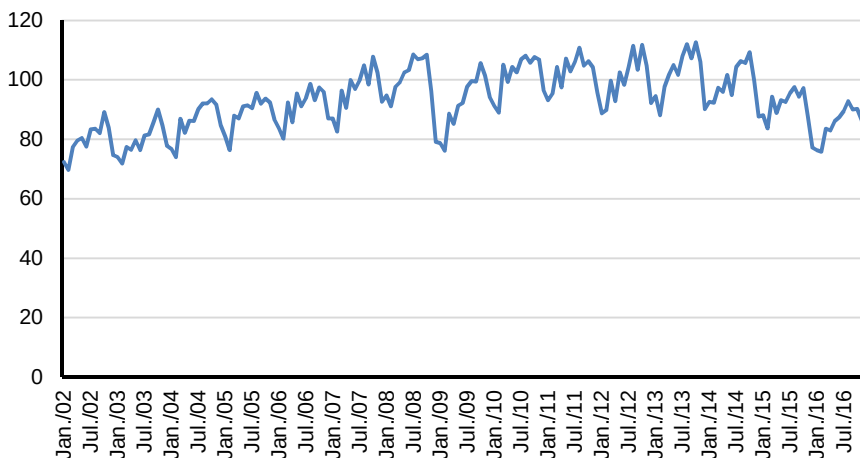


FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Vale ponderar que a redução da participação da indústria na composição do PIB deveu-se bem mais pelo crescimento dos outros setores do que pela queda da produção física industrial no País, como mostrado no Gráfico 2, por mais que se tenha que relativizar tanto os efeitos decorrentes da estabilidade inflacionária a partir de 1995 como o crescimento do setor de serviços.

Gráfico 2

Produção física industrial, por seções e atividades industriais, no Brasil — 2002-16



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

NOTA: 1. Índice de base fixa sem ajuste sazonal; os índices têm como base 2012 = 100.

2. Seções e atividades industriais (CNAE 2.0) - 1 Indústria geral.

A balança comercial brasileira, por sua vez, apresentou comportamento variado entre 1990 e 2000: foi superavitária no começo dos anos 90 e deficitária no período 1995-2000. A partir daí, o que se observa é *superavit* e crescimento considerável do saldo comercial, com as exportações crescendo em ritmo mais acelerado que as importações, chegando ao pico em 2006, com saldo de US\$ 46,5 bilhões, e diminuindo o ritmo depois disso. A análise da Tabela 4 permite distinguir alguns importantes elementos da trajetória macroeconômica brasileira das últimas décadas. Como ressaltou Conceição Tavares em sua obra clássica, de 1977, reeditada pelo IPEA (CORRÊA; SIMIONI, 2011, p. 120-121), o “problema estratégico” colocado à economia brasileira diz respeito ao desafio da superação do “estrangulamento externo”, em que os diversos momentos conjunturais expressam formatos distintos de política econômica de enfrentamento daquele desafio.

Durante a década de 90, o grau de abertura²¹ da economia brasileira estabilizou-se em torno de 18%, mesmo patamar da década anterior, e somente houve nova inflexão na primeira década do século XXI, quando o grau de abertura da economia brasileira saltou para 26% em média, resultante do crescimento tanto das exportações quanto das importações:

²¹ Para análise do grau de abertura $\left(\frac{X + M}{\text{PIB}}\right) \%$ da economia brasileira nas últimas décadas e comparação com outros países, conferir Baumann (2010).

entre 1999 e 2009 tanto exportações quanto importações mais que triplicaram; porém, as características da pauta exportadora ensejaram grandes preocupações, as quais remetem ao problema da elevação da vulnerabilidade externa nos anos 90 e suas repercussões.

Tabela 4

Exportações, importações e saldo da balança comercial do Brasil — 1990-2011

(US\$ milhões)			
ANOS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO COMERCIAL
1990	31.413,8	20.661,4	10.752,4
1995	46.506,3	49.971,9	-3.465,6
2000	55.119,0	55.851,0	-732,0
2005	118.529,0	73.600,0	44.929,0
2006	137.808,0	91.343,0	46.465,0
2007	160.649,0	120.621,0	40.028,0
2008	197.942,0	173.197,0	24.745,0
2009	152.995,0	127.647,0	25.348,0
2010	201.915,0	181.649,0	20.266,0
2011	256.039,6	226.236,1	29.803,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Brasil (2012).

As dinâmicas econômicas brasileira e latino-americana, a partir da década de 90, aprofundaram as precárias condições de desenvolvimento autônomo de suas economias nacionais, seja pela desnacionalização de segmentos expressivos da indústria, seja pela elevação da vulnerabilidade externa, nos principais aspectos a ser considerados: suas capacidades produtiva (elevação das ECEs e maior dependência de investimento externo direto), tecnológica (baixa capacidade de estruturação de um sistema nacional de inovação e baixa dinâmica tecnológica) e financeira (investimentos financeiros, empréstimos e financiamentos).

Vale frisar que as específicas condições econômicas enfrentadas na década de 90 foram fruto da consolidação do padrão neoliberal de reprodução econômica, com a redução do papel do Estado na economia e a liberalização comercial. Esse quadro ficou ainda mais agravado com as decisões de política cambial encetadas na segunda metade da década de 90: a apreciação cambial tinha como objetivo o uso das importações como mecanismo de trava da retomada da espiral inflacionária, o que determinou a geração de *deficits* comerciais de 1995 a 2000. Nesse período, as contas externas foram problemáticas, especialmente a balança de serviços e rendas, que engloba remessa de lucros, dividendos e *royalties* e juros, principalmente. Em razão do real apreciado e das elevadas taxas de juros, o quadro de *deficit* foi crescente. Somado aos números negativos da balança

comercial, tem-se um quadro cujo agravamento descortinava a possível falência da capacidade de financiamento externo brasileiro, o que, de fato, se deu em 1999, com a crise cambial no País.

Já na primeira década dos anos 2000, observou-se um aumento do grau de abertura da economia brasileira, com elevação no valor exportado bastante significativo: nesse período, o crescimento absoluto foi acima de US\$ 100 bilhões, e o total exportado triplicou. Essa trajetória de expansão da exportação foi basicamente centrada na elevação da exportação de produtos primários, o que denota o problema da volatilidade dos preços das *commodities* em relação ao dos bens manufaturados e uma dinâmica de baixa estabilidade ao longo do tempo, fortemente vinculada a eventuais elevações de demandas provocadas pelo *boom* de alguma economia central ou semiperiférica, especificamente, nesse caso, estimulado pelo crescimento da China.

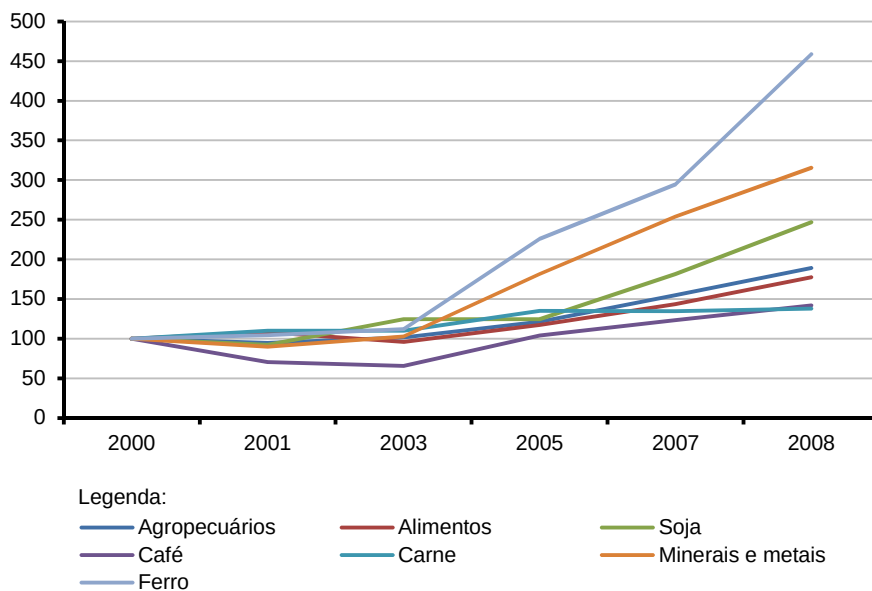
A primeira década dos anos 2000 apresentou também um elevado crescimento dos preços internacionais de produtos básicos, como se pode visualizar no Gráfico 3, provocado, entre outros fatores, pelo comércio internacional com a China, cuja explosiva demanda por produtos básicos e matérias-primas estratégicas repercutiu sobre a escalada dos preços desses bens.²² A economia brasileira se nutriu momentaneamente desse ciclo asiático, sustentando expressivos *superavits* comerciais, o que aliviou e estabilizou o balanço de pagamentos, ao mesmo tempo em que aprofundou os atávicos dilemas do processo de desenvolvimento dependente e a expansão dos setores primários baseados em recursos naturais da economia.

A China participou, em 2011, com 17,3% do mercado para as exportações brasileiras, superando os Estados Unidos e ficando bem próxima da participação de toda a Europa (Tabelas 5 e 6). O que mais chama atenção, ao lado da elevada participação no desempenho comercial brasileiro, é seu rápido crescimento relativo: em 1990, participava com somente 1,22%, muito próximo aos 1,97% de 2000, mas cresceu aceleradamente durante a segunda metade da década.

²² Há outros fatores que, por hipótese, podem ter influenciado a elevação dos preços de *commodities*, além da demanda chinesa: a financeirização das *commodities*, o dólar, os custos de produção, entre outros (ver, por exemplo, Prates (2007)).

Gráfico 3

Índice de preços internacionais de produtos básicos de exportação — 2000-08



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2009).
 NOTA: Os índices têm como base 2000 = 100.

Tabela 5

Exportações, totais e para a China, do Brasil — 1990-2011

(US\$ bilhões)

ANOS	EXPORTAÇÕES			SUPERAVIT COMERCIAL		
	Total do Brasil	Brasil para a China	Participação (%) da China	Total do Brasil	Brasil para a China	Participação (%) da China
1990	31	0,4	1,22	10,8	0,2	1,8
2000	55	1,1	1,97	-0,7	-0,1	-14,3
2005	118	6,8	5,77	44,9	1,5	3,3
2009	153	21	13,73	25,3	5,1	20,1
2010	202	30,8	15,25	20,1	5,2	25,9
2011	256	44,3	17,31	29,8	11,5	38,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Brasil (2012).

Tabela 6

Destino das exportações do Brasil — 2011

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (US\$ bilhões)	PARTICIPAÇÃO (%)
América do Norte	33	13,6
América do Sul e Central	57	23,5
Europa	53	21,8
África e Oriente Médio	19	7,8
Ásia e Oceania	81	33,3
TOTAL	243	100,0

FONTES: DADOS BRUTOS: Brasil (2012).

Como notam Mollo e Amado (2012, p. 148), esses foram problemas típicos do padrão neoliberal no Brasil, cuja dependência estrutural se aprofundou na década de 90, impondo uma trajetória de regressividade industrial como herança para a década atual. A interação com as duas maiores economias em crescimento nas duas décadas em foco (1990-2010) materializam esse comportamento de “sujeição ao mercado”. Durante a década de 90, o centro do comércio exterior brasileiro foram os Estados Unidos, sendo o foco as exportações de bens de baixa intensidade tecnológica e a importação de bens de elevada intensidade tecnológica. Na primeira década dos anos 2000, a China passou a responder, a partir da segunda metade da década, pela maior parte da corrente comercial brasileira, porém, replicando, de forma regressiva, a relação de exportação de bens básicos *vis-à-vis* a importação de bens com conteúdo tecnológico intensivo.

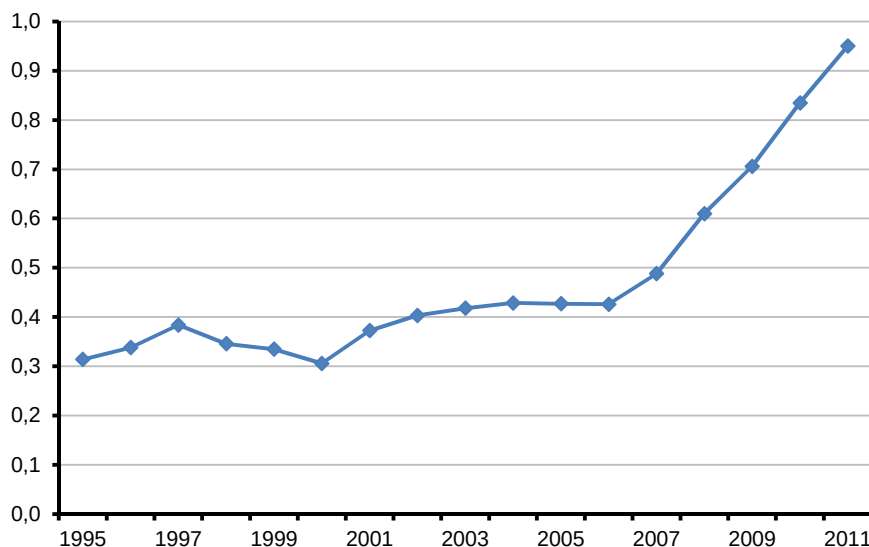
Deve-se observar que esse processo inclui mecanismos de apropriação de riqueza a partir dos desequilíbrios da balança comercial, seja pela produção exaustora da natureza (caso da exportação mineral), seja pela transferência de renda diferencial obtida pelo uso de técnicas de plantio em novas terras colocadas em exploração (caso da soja), seja pelo mecanismo de superexploração da força de trabalho, que garante transferência de renda da periferia para o centro.

Como mostra o Gráfico 4, desde 1995, a participação de produtos básicos, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), vem crescendo comparativamente à participação de produtos industrializados. Por mais que se considere o fator de variação dos preços das *commodities* como um aspecto importante na configuração da curva, como notam Canuto, Cavallari e Reis (2013, p. 11-12), o desempenho dos produtos de alta tecnologia apresentou taxas de crescimento muito baixas: cresceu somente 36% ao longo de 10 anos (2000-10). Estudos realizados pela Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL) e pelo IPEA mostram que, na pauta de exportação brasileira, a participação de

bens primários e de baixa intensidade tecnológica sempre foi predominante, “[...] fluando ao longo de todo período (1995-2006) entre 35% e 44%, percentual alcançado no último ano (2006) analisado” (OLIVEIRA; LEÃO; CHERNAVSKY, 2010, p. 87). Desde 2000, a relação exportação básicos/industrializados cresceu, e essa tendência pareceu se agravar no período 2008-11.

Gráfico 4

Relação exportação de produtos básicos/produtos industrializados
no Brasil — 1995-2011



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Brasil (2012).

Considerando o período 1995-2011, o Gráfico 4 mostra que, até o ano de 2003, a relação básicos/industrializados era menor que 0,5, o que significa dizer que os produtos industrializados representavam parcela maior das exportações. A partir de 2004, percebe-se uma inversão, quando as vendas de produtos básicos ao exterior começam a aumentar sua participação. Nesse período, o Brasil acompanha o perfil exportador das demais economias latino-americanas, em que o peso crescente dos produtos básicos converge para uma “crescente especialização exportadora”, com o claro agravante da baixa dotação tecnológica dos bens exportados.

Dado que os setores de agropecuária e mineração tiveram mais forte crescimento na primeira década dos anos 2000, todos os principais produtos exportados pelo País em 2011 (Tabela 7) eram produtos básicos.

Entre eles, o minério de ferro era o principal item da pauta de exportação, seguido por óleos brutos de petróleo e soja.

Tabela 7

Principais produtos exportados pelo Brasil — 2011

DESCRIÇÃO DA NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL (NCM)	VALOR (US\$ 1.000)	%
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	31.851.797	12,44
Óleos brutos de petróleo	21.603.300	8,44
Outros grãos de soja, mesmo triturados	16.312.232	6,37
Açúcar de cana, em bruto	11.548.786	4,51
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	9.965.454	3,89
Café não torrado, não descafeinado, em grão	7.999.955	3,12
Bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja ..	5.544.358	2,17
Pasta química, madeira de n/conif. a soda/sulfato, semi/branq ...	4.605.115	1,80
Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	4.454.340	1,74
Carnes desossadas de bovino, congeladas	3.506.284	1,37
Outros	138.647.953	54,15
TOTAL	256.039.575	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Brasil (2012).

Vendo de outra maneira, a relação básicos/industrializados mostra o quanto o primeiro representa do segundo. No primeiro ano, o índice foi de 0,31, ou seja, em 1995, os básicos representavam cerca de um terço dos industrializados.²³ Ao longo dos anos, conforme apresentado no Gráfico 4, o índice foi-se elevando, chegando a 0,95 no último ano da série. No caso de regiões economicamente mais atrasadas, como a Amazônia brasileira, por exemplo, esse coeficiente é ainda mais dramático (3,12 em 2010), pois a pauta de exportação é ainda mais significativamente centrada em bens básicos, denotando o elevado grau de vulnerabilidade externa dessas regiões.

A dinâmica exportadora revela que, enquanto, no período de 10 anos (1999-2009), a exportação brasileira total cresceu aproximadamente 318%, a exportação de bens primários cresceu 525%, o que fez com que, em 2011, sua participação relativa na pauta exportadora significasse quase a metade da total (47,8%), como denotado nos dados mostrados na Tabela 7. A balança de bens tipicamente produzidos pela indústria de transformação alcançou *deficit*, em meados de 2011, de US\$ 21,3 bilhões (INSTITUTO DE

²³ Boa parte das séries aqui utilizadas começam em 1995. A motivação para tal escolha foi trabalhar com dados a partir da implantação do Plano Real — mesmo que os valores das transações tivessem o dólar como unidade monetária.

ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2012). Tais cifras do intercâmbio de produtos típicos da indústria de transformação representam um forte contraste com aquelas de meados da primeira década dos anos 2000: de janeiro a junho de 2005, chegou ao *superávit* de US\$ 14,6 bilhões. Houve, ainda, outro resultado expressivo, ocorrido no primeiro semestre de 1992 — o saldo das mercadorias típicas da indústria de transformação também foi superavitário: US\$ 6,7 bilhões.

Como bem observa estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2010c), por mais que a estrutura produtiva brasileira seja hoje industrialmente diversificada, “[...] há que se ressaltar a ampliação nos últimos anos do peso, na estrutura produtiva, dos setores de baixa intensidade tecnológica, como agricultura e serviços, em detrimento da indústria”, o que coloca o desafio de “dar prosseguimento à industrialização” (INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS, 2010c, p. 29). Acrescente-se que há uma evidente necessidade de superar os limites de exportação de bens básicos, estimulando uma pauta exportadora que agregue mais valor, dado que a tendência, nos últimos anos, foi de redução na pauta das exportações dos produtos de maior valor agregado.

Tabela 8

Distribuição setorial das exportações do Brasil e da América Latina — 2000-02 e 2007-09

(%)				
ANOS	MATÉRIAS-PRIMAS	MANUFATURAS BASEADAS EM RECURSOS NATURAIS	MANUFATURAS COM TECNOLOGIAS ALTA, MÉDIA E BAIXA	SERVIÇOS
América Latina				
2000-02	25,0	16,2	51,9	6,8
2007-09	34,1	18,4	41,4	6,4
Brasil				
2000-02	23,7	21,8	47,1	7,5
2007-09	33,6	19,8	39,1	7,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2010).

Vale observar que, à medida que a economia mundial superar a crise atual — ainda que de maneira gradativa —, a tendência é que o Brasil continue ampliando seu papel de fornecedor mundial dos produtos citados e tenha sua pauta de exportação cada vez mais centrada em produtos básicos. Em suma, a questão aqui levantada precisa ser aprofundada e servir de reflexão e ação, caso se quera uma economia mais industrializada e sustentavelmente desenvolvida, um país com menor desigualdade regional e uma estrutura produtiva em bases diferenciadas e que dinamize sua capacidade produtiva de forma ampla.

4 Considerações finais

O artigo buscou mostrar que, no período compreendido entre 1990 e 2010, a economia brasileira caminhou para um padrão de desenvolvimento fortemente marcado pelo processo de reprimarização de sua base produtiva, em que seu setor exportador foi convertido em uma base primário-exportadora. Convém ressaltar, como foi demonstrado ao longo do texto, que a inserção da economia brasileira, subordinada às estratégias e ao comportamento do capital internacional, que foi a marca da década de 90 e da primeira metade da década de 2000, levou à inevitável desidratação da indústria brasileira.

Vale notar que uma das trajetórias relevantes das economias dependentes combina condições externas favoráveis à produção e à exportação de bens primários com uma relativa expansão do mercado interno absorvedor de bens tecnicamente de maior valor agregado, condicionantes que possibilitam a expansão da capacidade de importar, dando maior flexibilidade ao setor industrial, além de aproveitar recursos abundantes no setor primário. Contudo, os limites estruturais de não modificação do padrão industrial necessariamente levarão ao esgotamento dessa restrita capacidade de financiamento possibilitada pelo arranque chinês na atual conjuntura.

Como mostra Martins (2011, p. 270), o Brasil e a América Latina podem se encontrar diante de uma crítica encruzilhada, em que a crise da economia hegemônica estadunidense pode levar essas formações econômicas a um mero papel de periferia de um “*hegemon* decadente”. Por sua vez, a forte demanda internacional de bens primários, ensejada pelo ciclo asiático, expõe, de forma contraditória, a possibilidade de ganhos momentâneos capazes de acomodar crises de balanço de pagamentos, o que somente posterga possíveis agravamentos na vulnerabilidade externa do balanço de pagamentos dessas economias.

Por último, pode-se pensar em uma alternativa econômica e social, na qual a abertura do setor externo se realize por meio da diversificação das exportações, originárias, sobretudo, do setor industrial. A necessidade de combinar diversificação econômica exportadora com estímulos à dinâmica do mercado interno via fortes alterações da redistribuição de renda pessoal e regional, ao lado da melhoria das exportações tradicionais, deve ser posta no horizonte necessário à construção de uma trajetória que crie um novo patamar de inserção internacional da economia brasileira, superando sua estrutural vulnerabilidade externa.

Assim, as condições de desenvolvimento econômico brasileiro requerem o estabelecimento de uma arguta política industrial e, principalmente, políticas econômicas direcionadas à construção de uma trajetória futura que

rompa com a curva de declínio da indústria nacional, estabeleça metas tecnológicas e utilize as vantagens do amplo mercado nacional, para desenvolvimento de uma sociedade menos desigual social e regionalmente.

Referências

ALMEIDA FILHO, N. O debate atual sobre a dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 32-50, 2005.

AMSDEN, A. A. **A ascensão do resto**: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: UNESP, 2009.

BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e os demais BRICS**: comércio e política. Brasília, DF: CEPAL; IPEA, 2010.

BIANCARELLI, A. O setor externo da economia brasileira depois da bonança e da tempestade. **Revista Política Social e Desenvolvimento**, [S.l.], ano 3, n. 23, 2015. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/o-setor-externo-da-economia-brasileira-depois-da-bonanca-e-da-tempestade/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Sistema AliceWeb**. 2012. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Outras estatísticas de comércio exterior**. 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=888>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

CANUTO, O.; CAVALLARI, M.; REIS, J. G. **Brazilian Exports**: climbing down a competitiveness cliff. [S.l.]: The World Bank, 2013. (Polic Research Working Papers, 6302). Disponível em: <<http://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1596/1813-9450-6302>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

CARDOSO, F. H. **As idéias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quartel do século XX**. São Paulo: UNESP; Unicamp, 2002.

CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHANG, H.-J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.

CHESNAIS, F. **Tobin or not tobin**. São Paulo: UNESP; ATTAC, 1999.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Anuário estadístico de América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 2009. Disponível em:

<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/6/38406/LCG2430b_2.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2012.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe (2009-2010)**. Santiago de Chile, 2010. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/40695/Crisis_originada_en_el_centro_recuperacion_impulsada_economias_emergentes_vf.pdf>. Acesso: 13 nov. 2012.

CORRÊA, V.; SIMIONI, M. (Org.). **Maria da Conceição Tavares: desenvolvimento e igualdade**. Ed. esp. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. Homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. Disponível em: <<http://goo.gl/1whu0c>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

DUPAS, G. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: UNESP, 2005.

FFRENCH-DAVIS, R.; PALMA, J. G.; MUÑOZ, O. As economias latino-americanas: 1950-1990. In: BETHELL, L. (Org.). **A América-Latina após 1930: economia e sociedade**. São Paulo: Editora da USP; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 77-127.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. **A economia latino-americana**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GONÇALVES, R. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GONÇALVES, R. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília, DF: Cepal, 2008.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, R. Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: SOBEET, 1996. p. 133-165.

GRAUWE, P; CAMERMAN, F. **How big are the big multinational companies?**. [S.l.]: KU Leuven, 2000. Disponível em: <<http://www.econ.kuleuven.ac.be/ew/academic/intecon/Degrauwe>>. Acesso em: 10 fev.2017.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais**. 2011. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 5 jul. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física**. 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). A balança comercial na indústria de transformação: deterioração nas quatro faixas de intensidade tecnológica. **Carta IEDI**, São Paulo, n. 532, 10 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/cartas/>>. Acesso em: 5 jul. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). A inserção do Brasil em um mundo fragmentado: uma análise do comércio exterior brasileiro. In: ACIOLY, L.; CINTRA, M. A. M. (Org.). **Inserção internacional brasileira: temas de economia internacional**. Brasília, DF: IPEA, 2010. livro 3, v. 2, p. 369-393.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). Instituições e desenvolvimento no contexto brasileiro: auge, declínio e caminhos para a reconstrução do planejamento no Brasil. In: PINTO, E. C.; CARDOSO JUNIOR, J. C.; LINHARES, P. T. (Org.). **Estado, instituições e democracia: desenvolvimento**. Brasília, DF: IPEA, 2010a. livro 9, v. 3, p. 121-160.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). Mudanças estruturais na economia global: produção e comércio. In: ACIOLY, L.; CINTRA, M. A. M. (Org.). **Inserção internacional brasileira:** temas de economia internacional. Brasília, DF: IPEA, 2010b. livro 3, v. 2, p. 133-164.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). **O Brasil em quatro décadas.** Brasília, DF, 2010c. (Texto para Discussão, n. 1500).

JAYME JÚNIOR, F. G.; RESENDE, M. F. C. Crescimento econômico e restrição externa: teoria e experiência brasileira. In: MICHEL, R.; CARVALHO, L. (Org.). **Crescimento econômico:** setor externo e inflação. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. p. 9-36.

kay, c. **Latin American theories of development and underdevelopment.** New York: Routledge, 1989.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência.** São Paulo: Expressão popular, 2005.

MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org.). **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-36.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MELLO, J. M. **O capitalismo tardio:** contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MOLLO, M. L. R.; AMADO, A. M. Desenvolvimento hacia afuera e desenvolvimento hacia dentro: erros e acertos da política econômica brasileira. In: OREIRO, J. L.; DE PAULA, L. F.; BASILIO, F. (Org.). **Macroeconomia do desenvolvimento:** ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica. Recife: Editora da UFPE, 2012. p. 141-162.

OLIVEIRA, I. T. M.; LEÃO, R. P. F.; CHERNAVSKY, E. A inserção no comércio internacional do Brasil, da Índia e da China (BIC): notas acerca do comércio exterior e política comercial. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e os demais BRICS:** comércio e política. Brasília, DF: CEPAL; IPEA, 2010. p. 79-108.

OSÓRIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva: estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.;

OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Org.). **Padrões de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

PALMA, G. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, J. L. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 393-454.

PLIHON, D. As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: CHESNAIS, F. **A finança mundializada:** raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 133-152.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRATES, D. M. A alta recente dos preços das *commodities*. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 323-344, 2007.

RANGEL, I. O desenvolvimento econômico no Brasil. In: RANGEL, I. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 39-128.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SANTOS, T. **A teoria da dependência:** balanço e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2015.

SANTOS, T. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SANTOS, T. O neoliberalismo como doutrina econômica. **Econômica:** revista da pós-graduação em economia da UFF, Niterói, v. 1, n. 1, p. 119-151, 1999.

SERFATI, C. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In: CHESNAIS, F. **A mundialização financeira:** gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998. p. 141-181.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira:** origem e desenvolvimento. São Paulo: HUCITEC; Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:** ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In: SERRA, J. **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 210-251.

TRINDADE, J. R.; COONEY, P.; OLIVEIRA, W. P. Industrial trajectory and economic development: dilemma of the reprimarization of the Brazilian economy. **Review of Radical Political Economics**, [S.l.], v. 48, n. 2, p. 269-286, 2016.

TRINDADE, J. R.; OLIVEIRA, W. P. de. Especialização produtiva primária e meio ambiente em período recente na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 14, n. 2, p. 283-302, 2011.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1987.